

RUÍNAS E(M) MEMÓRIAS (N)DA HISTÓRICA LARANJEIRAS/SE

Resultado de investigação finalizada

GRUPO DE TRABALHO Nº 02: CIDADES LATINO-AMERICANAS NO NOVO MILÊNIO

AUTOR: ALLAN RAFAEL VEIGA FEITOSA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS)

RESUMO:

O artigo tem enfoque nas ruínas do centro histórico de Laranjeiras/SE e na constituição e manutenção da memória coletiva da cidade. A pesquisa argumenta que a ruína tem papel importante na preservação de tal memória, uma vez que se comprime num momento de confronto entre o passado e o presente, evocando lembranças simetricamente compartilhadas. A pesquisa ressalta que as atuais políticas patrimoniais brasileiras, especialmente o *gentrification*, tendem a causar reverberações à manutenção da memória coletiva em cidades históricas. Há nos processos de enobrecimento urbano de ruínas em sítios históricos, profunda alteração de significados, e, conseqüentemente, de narrativas de memória. Concluímos que é necessário repensar a forma como tais políticas abordam as ruínas. Revisitá-las sem necessariamente restaurá-las é ponto crucial a ser refletido nas intervenções urbanísticas.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio, Cidades, Memória coletiva.

1. Introdução

As cidades, nas últimas décadas do século XX, vêm sendo foco de investimentos, com grande recorrência, de processos bastante impactantes para a sociedade, decorrentes, principalmente, da tentativa de gerenciamento e de ordenamento de espaços, que na maior parte dos casos visa aperfeiçoar um aproveitamento econômico, pautando-se, sobretudo, numa série de ações de políticas patrimoniais que engendram novos usos em áreas até então consideradas degradadas. Estes processos são conhecidos por *gentrification*¹, com franca inclinação para antigas edificações e em ruínas de cidades consideradas históricas.

No entanto, aquilo que em tese e a princípio se apresenta como gerador de benefícios para o desenvolvimento econômico das cidades, e que aparentemente protege e preserva suas edificações como patrimônio histórico e cultural, não reflete seus efeitos a estas duas esferas e tampouco, somente de maneira positiva, como amplamente apontam investigações, a tal respeito, realizadas na última década. Um dos aspectos que tangem os efeitos desses processos, abordado pela sociologia, repousa sobre a “memória das cidades”.

Na sociologia, a inclinação para os desdobramentos que põem a memória como conceituação teórica e categoria analítica são relativamente recentes, no entanto, têm contribuindo nas questões que envolvem o patrimônio histórico. Para a discussão proposta aqui encontramos maior relevância teórica nos postulados estabelecidos por Halbwachs (2006), que, em linhas gerais, traz o pensamento que

relaciona diretamente os “meios sociais efervescentes” aos sistemas de classificações sociais e mentais (Duvignaud, 2006, p. 08).

Halbwachs admite que a dinâmica social interfere diretamente nestes sistemas e isso logo permitiu apontar para a dimensão coletiva da memória, entendendo que aquilo que usualmente atribuíríamos ao campo das construções individuais do ser, como os sentimentos, ideias, reflexões e até as paixões, de algum modo estão pautadas na relação com o grupo social ao qual pertencemos, permitindo que as relações sociais se estabeleçam e se mantenham numa razoável ordem.

O conceito de “memória coletiva” proposto por Halbwachs (2006), afirma ser esta uma corrente de pensamento contínuo, que absorve o passado vivenciado em seu meio, mantendo-o latente na consciência dos grupos, e isso teria, então, relação direta com a memória compartilhada em cidades históricas por seu patrimônio, uma vez que, segundo o autor, as formas materiais e os objetos inscritos na paisagem são parte do que tal memória apreende. De tal modo, e em contribuição às investigações propostas pela “sociologia das cidades²”, pensamos ser plausível a análise sociológica da relação do elemento arquitetônico das cidades, com a memória ali partilhada, sobretudo àqueles em estado de ruína, anotando, ainda, o pensamento de Michel Foucault (1979), o qual admite que os elementos físicos de uma sociedade causam interferência em suas ações e classificações simbólicas, ou seja, a cultura material de um grupo contém um valor simbólico que reflete suas relações.

É neste sentido que se inclina a análise aqui proposta, tomando como campo de pesquisa o Centro Histórico de Laranjeiras, por conter considerável patrimônio arquitetônico em estado de ruína sem intervenções urbanas de *gentrification* e/ou de restauro. Mas, que se vê em notória acentuação e celeridade de investidas destes processos.

Assim, tomamos as ruínas constantes no perímetro do centro histórico da cidade como nosso objeto, por serem tais edificações as que compuseram a paisagem urbana embrionária da cidade e que ainda constituem o núcleo urbano de Laranjeiras, uma vez que seu centro histórico toma grande parte de seu centro urbano, além do fato constatado de que neste espaço estão as ruínas que tiveram maior recorrência de citações em narrativas orais de moradores ao se referirem ao passado áureo da cidade como cenário de importantes acontecimentos e lembranças da antiga Laranjeiras. Assim, situamos a “ruína” como elemento do patrimônio que tende a deter em si características singulares e próprias do passado e que acabam por evocar, de algum modo, lembranças pertinentes à manutenção da memória coletiva, que segundo Halbwachs (2006), serve de instrumento de coesão social de um grupo.

Portanto, buscamos estreitar em um ponto específico a ampla discussão do patrimônio das cidades, quanto à relação que constituem seus moradores com o patrimônio em ruína pelo viés da memória, pondo em análise, como as ruínas, sem intervenções de restauro, do centro histórico de Laranjeiras, relacionam-se com os lastros da memória compartilhada pelos habitantes daquele espaço, suscitando observações sobre as políticas patrimoniais hodiernas de tal contexto.

2. Patrimônio, ruína e memórias: algumas considerações

De um modo geral a concepção de “patrimônio” no mundo vem enfrentando diversos embates conceituais, os quais, invariavelmente, desdobram-se em adequações e proposições para as políticas oficiais de salvaguarda do patrimônio. No Brasil, tal cenário não é distinto: desde a década de 1930 até hoje enunciamos alterações no modo oficial de apreender o “patrimônio”.

Segundo Antonio A. Arantes (1997), inicialmente, as questões do patrimônio e suas políticas de conservação, no país, estiveram intimamente ligados ao modo como o Estado o orientava, havia o interesse de construir uma unidade de nação através de uma memória nacional, valorizando o que era próprio do Brasil. Assim, em 1937 é criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

(SPHAN), o qual, segundo Antonio A. Arantes (1997), empenhava-se em valorizar o estilo barroco colonial mineiro como sendo tipicamente brasileiro, considerando-o a expressão da “herança cultural” do país, num reducionismo cultural que afastou a casa do homem comum da concepção oficial de nação.

Tal quadro altera-se somente a partir da década de 1970. A redefinição de postura institucional para com as políticas patrimoniais permite que o país se insira nas, então, recentes abordagens e discussões sobre patrimônio. Pautaram-se, sobretudo, nas proposições das “cartas patrimoniais”, sobretudo as que intuía não mais notar um bem patrimonial como isolado, mas de inseri-lo na dinâmica do contexto social e físico em que se encontra, pois destacar o monumento isolando-o do seu entorno representava um ato de mutilação à história.

A nova concepção de política patrimonial aumentou expressivamente o número de edificações a serem tombadas, basicamente em duas frentes: 1) pela necessidade de preservar o entorno de edificações históricas e 2) a possibilidade de tombamento de simples estruturas. A partir de então, as atenções estiveram voltadas aos conjuntos arquitetônicos e urbanísticos de valor histórico, uma vez que as edificações que se queria tombarem estavam, geralmente, inseridas num contexto, não menos histórico, de um centro urbano que podia ser denominado “Centro Histórico”³, e em alguns casos “Cidade Histórica”.

As novas diretrizes adotadas pelas Políticas de Patrimônio no Brasil asseveram que o bem patrimonial de um país poderia ser tratado como riqueza natural passível de exploração econômica, tal “abertura” possibilitou que organizações financeiras privadas pudessem explorar, para fins turísticos, o “novo negócio”.

Assim, há uma busca por tornar os “bens”, “acessíveis” à visitação, através de reformas, restauro e “melhorias”, em processos inseridos no bojo do *gentrification*. Porém, a mudança no rumo de tais políticas logo se apresentou potencialmente perigosa. Para Leite (2007) “O problema dessa perspectiva não é a existência de uma dimensão econômica da cultura, mas a redução do valor cultural ao econômico, que poderia subsumir a natureza cultural do patrimônio, resultando numa espécie de fetichização da cultura” (p. 65).

O processo em questão começa a ganhar rápida aceitação e apoio dos governantes, e a noção de patrimônio passa a receber forte influência de fatores políticos, observando-se um efeito de comercialização indiscriminada do patrimônio e da cultura, cada vez mais urgente nos conjuntos considerados históricos, recaindo com frequência sobre edificações em ruína. Portanto, pelo engendramento destas características patrimoniais atuais em cidades históricas, entendemos ter pertinência a análise da reverberação deste elemento arquitetônico na memória compartilhada de tais cidades.

2.1 A Ruína e seu “valor”

Aquilo que convém observar em uma ruína não se trata do estado físico em que se encontra, pois a função precípua deu-se em outro momento; neste caso, o tempo é testemunha. A importância da análise de tais estruturas para a sociologia está no passado que carrega em si, na simbologia que retém e na relação que ora mantém com a memória de grupos sociais.

A tônica das discussões sobre a ruína na sociologia pauta-se em observar sua relação com as cidades e seus habitantes. Tal associação a põe, com frequência, nas discussões e análises da Sociologia e Antropologia Urbana, contribuindo com os debates das políticas patrimoniais, com entendimentos sobre seu valor sociocultural e com a relação destas com a memória social do grupo ao qual se liga, especialmente nos sítios urbanos históricos.

Tais abordagens são relativamente recentes na Sociologia Urbana, porém, autores clássicos da Sociologia dedicaram-se a reflexões teóricas e considerações sobre a ruína em conceituações que relacionam este elemento à sociedade em ambiência urbana. A noção de ruína formulada por Benjamin (1989) decorre de um pensamento envolto em um tecido urbano: um elemento arquitetônico, permeado pelas características subjetivas pertinentes à cidade percorre vários e inquietos quadros de movimentação social, típicos das dinâmicas das cidades. Segundo Benjamin (1989), a ruína surge num momento em que:

Algo deste tecido urbano está por desaparecer e [*isso*] ilumina, com uma luz singular e poética, tudo aquilo que o condenou, seu outro e seu contrário. [...] possibilitando a fantasmagoria daquelas lembranças ou memórias que, como lacunas da história, permanecem para assombrar o presente e alertar sobre o futuro (p. 85).

As ruínas, assim consideradas, retêm em si uma condição de “fantasma”, que provoca sentimentos de finitude, debilidade, declínio, queda, perda de um momento, e com isso propiciam uma metamorfose temporal, dando oportunidade de quem as contempla passar de um tempo para outro. Benjamin (1984) põe a ruína como símbolo do trágico, de uma história que terminou em catástrofe, que lembra o declínio e a decadência; a ruína acaba por representar o que de um momento conflituoso restou, e daí retira sua força, pois desperta a memória, provocando emoção, sensibilidade e traz lembranças deste período.

Segundo Cristina Meneguello (2000), as cidades podem constituir-se por um discurso fundamentado numa história que ressalta e revela o que se foi pelas estruturas físicas, em especial suas ruínas, e pelos costumes de seus habitantes. Para a autora, a cidade inglesa de Manchester é um exemplo, pois ofereceu entre o século XIX e XX, a partir de suas várias histórias e ruínas, a imagem de uma antiga, rica e importante cidade da Idade Média.

A autora aponta para uma noção de monumento, de “ressignificação, como cristalização de imagens do passado e como jogo de apropriação e perda [...] que surge, como um olhar para o passado, catalogando, colecionando e preservando, as ruínas, marcas do passado nacional” (Meneguello, 2000, p. 19). Segundo a autora, sociedades que valorizam o patrimônio se sustentam com marcas do passado e por vezes os discursos históricos utilizam-se de elementos que perduram no tempo; entre tais, estão as ruínas.

A autora discute que as ruínas proporcionam um sentido de pertencimento, como documentos que atestam as raízes de uma cidade. Entre as considerações que Meneguello (2000) tece voltadas à apreensão da “função” da ruína, uma, em especial, dialoga proximamente com a percepção proposta neste artigo: “ruína é em si um modo de reconhecer o passado”, afirmando que as “ruínas habitam simultaneamente dois tempos, o ocorrido e o presente” (id., *ibid.*, p. 92). Assim, conclui que a “ruína tem sido o traço de arquitetura com maior poder de evocação do passado na origem de sua apreciação da transitoriedade dos poderes terrenos e das conquistas humanas” (id., *ibid.* p. 93).

Outro teórico que se debruça à compreensão da ruína é Georg Simmel (1998), que assevera que há nas ruínas uma “sedução”, que se encontra na “natureza” que nelas persiste; há nela uma simbologia da ação destruidora da natureza sobre o poder de erguer o homem, conflito manifestado desde sua construção até seu arruinamento:

A ruína da obra arquitetônica significa que naquelas partes destruídas e desaparecidas da obra de arte há outras forças e formas - aquelas da natureza -

cresceram e constituíram uma nova totalidade, uma unidade característica, a partir do que da arte ainda vive nela e do que de natureza já vive nela (id., *ibid.*, p.135-136).

Portanto, a compreensão sistemática dessas estruturas, e dos laços de memória com o grupo que as contem é de fundamental importância. Isso somado ao contexto da memória, a sociologia tem a contribuir especialmente com as formulações de Halbwachs (2006), por admitir que toda memória tem origem social, numa construção psíquica que ocasiona, em última instância, uma seleta representação do passado e que nunca é somente individual, pois tem inserções de diversos contextos e até mesmo influência dos elementos físicos, inclusive as ruínas.

2.2 Memória e Sociologia: conceitos e contextos

A memória como objeto de análise sociológica segue, basicamente, duas tradições. De um lado, a escola frankfurtiana apresentou, por meio de alguns de seus expoentes, como Walter Benjamin e Herbert Marcuse, a memória enquanto “sujeito do conhecimento”, ou seja, um meio que possibilita reconhecer o mundo que o constitui. Por outro lado, a tradição francesa teve em Maurice Halbwachs a concepção da memória enquanto “objeto de estudo sistemático e comparativo de padrões de comportamento” (Santos, 2003, p. 38).

Por razões de formatação para submissão deste artigo não trataremos aqui das proposituras da Escola de Frankfurt. Deteremo-nos exclusivamente aos postulados de Maurice Halbwachs (2006). A reflexão deste autor tem uma compreensão da sociedade a partir da análise de sua memória compartilhada, vertendo sua preocupação às representações coletivas das práticas sociais. Assim o autor atenta não para as causas e consequências dos fenômenos sociais, mas, sim, para as representações sociais que tiveram e verificam em seus “quadros sociais de memória”. A importância de seu pensamento sobre memória repousa justamente no entendimento de que os indivíduos só se lembram de seu passado sob o ponto de vista do pensamento coletivo, assim sendo, o que lembramos é fruto das construções sociais estabelecidas pelo grupo ao qual pertencemos.

Nesse processo de construção coletiva o autor argumenta ser impossível separar o tempo e o espaço da memória, especialmente o espaço, pois o “tempo” da memória é concretizado no espaço, ou seja, quando há uma sustentação espacial, o “tempo” pode ser recordado. O espaço é, em certo modo, entendido como dotado de capacidade para evocar a memória do indivíduo, guardado na “Memória Coletiva”.

Halbwachs (2006) assegura que, ao percorrer bairros antigos de uma cidade experimenta-se uma satisfação particular de se estar “ouvindo” e “vendo” novamente a sua “história”, e entende que tal cenário, por si só, é capaz de evocar lembranças. Em tal abordagem, estas ocorrem, plenamente, quando há fixação no tempo por meio do espaço. Assim, um grupo, constituído num bairro ou cidade, irá fruir as mesmas condições em suas memórias coletivas, sendo possível pensar numa “memória das cidades”, entendida aqui como a memória de um grupo de pessoas ligadas entre si no espaço de uma cidade, e que ali experienciam suas vidas cotidianamente, durante uma relativa e estável duração de tempo, em nossa pesquisa este espaço seria o centro histórico da cidade de Laranjeiras/SE.

3. Laranjeiras, de porto comercial a sítio histórico: memórias da cidade e(m) ruínas

A cidade de Laranjeiras, localizada no Estado de Sergipe, na região do Vale do Rio Cotinguiba, contou com condições geográficas privilegiadas para seu desenvolvimento. O solo fértil favoreceu o

cultivo de cana-de-açúcar e sua situação hidrográfica diferenciada era adequada às condições de navegação da época, pela profundidade do leito do trecho do rio que o margeava, propiciando o atracamento de grandes embarcações. No século XVII, “os primeiros habitantes da povoação construíram um pôrto fluvial”, erguido próximo a um laranjal, “que tomou o nome de Pôrto de Laranjeiras” (Ferreira, 1959, p. 349). Estes fatores foram fundamentais para destacá-la, mais tarde, como grande centro comercial.

A cidade, já no século XIX, alcançava seu período áureo, e não se destacava apenas pelo caráter mercantil: além de maior centro econômico da província e um dos maiores do país, tornou-se referência como um dos principais núcleos políticos da região.

Neste período, Laranjeiras dedicou-se a atender as necessidades de sua grande população, e, para suprir tal demanda, se dispôs à ampliação de seus equipamentos urbanos, em meio ao século XIX, no período que Azevedo (1975) nomeou de “século de ouro”, fundam-se teatros, liceus, clubes e cinemas. Neste momento a sociedade laranjeirense viveu um grande florescimento cultural e ficou conhecida como a “Atenas Sergipana” (Azevedo, 1975).

Com as edificações e equipamentos urbanos instalados, e dedicando-se a atender às necessidades da Província, Laranjeiras estava apta a ser a nova sede de Sergipe Del Rey, contudo, em 1855, o então Presidente da Província, Inácio Joaquim Barbosa, “transfere a capital de São Cristóvão para o povoado de Santo Antônio de Aracaju” (Porto, 1945, p. 18). Muitos são os autores que indicam este como o momento crucial para a descontinuidade de seu desenvolvimento.

A cidade, por todo o século XX, continuou a sofrer com o grande êxodo populacional, acompanhado de um forte declínio de seu comércio. Em meio a tal cenário, a cidade foi aos poucos moldando-se a uma nova realidade, passando de um privilegiado centro urbano para lentamente assumir uma postura de centro histórico, transmitindo por gerações a consagração cultural e econômica de outrora, retidas na memória do grupo (Halbwachs, 2006), em suas tradições e no seu conjunto urbanístico e arquitetônico, especialmente nas ruínas que persistem e denunciam seu passado faustoso.

3.1 O Patrimônio e as intervenções urbanas da “velha” Laranjeiras

Com a quebra de sua economia, no século XIX, a cidade permaneceu estagnada. O Brasil vivia então um momento de “valorização nacional”, qual se valia da arquitetura colonial como tentativa de definir uma suposta “identidade nacional brasileira”.

A cidade de Laranjeiras se enquadrava na proposta que o SPHAN intencionava e já na década de 1940 iniciaram-se seus tombamentos individuais. Porém, as edificações do núcleo urbano, datadas dos séculos XIX e XX, continuaram sem reconhecimento de seu valor histórico; apenas em 1971, Laranjeiras foi elevada à categoria de “Cidade Monumento” e em 1996 o Governo Federal reconhece o valor histórico e artístico do conjunto urbano, atribuindo-lhe caráter de Centro Histórico e definindo seu perímetro de tombamento.

Laranjeiras, ainda em 1996, foi incluída na lista de sítios históricos urbanos nacionais, sendo denominada de “Cidade Histórica”. Vale ressaltar que todo o seu perímetro de tombamento (IPHAN) está inserido dentro da área urbana da cidade e mantém sua morfologia original.

Figura 1:

Vista aérea do núcleo urbano e centro histórico de Laranjeiras/SE



Foto: autor desconhecido.

Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2009).

Tais estruturas, naturalmente, já não servem aos usos originais, em virtude da falência econômica da cidade, que provocou profundas transformações em seu modo de vida e reordenou a dinâmica social. Assim, alguns serviços tiveram menor procura e outros se encerraram; é o caso dos trapiches, que serviam principalmente para armazenamento das mercadorias que circulavam pelo rio Cotinguiba e que, com a quebra da indústria canavieira, foram esquecidas, acarretando suas ruínas; ações semelhantes ocorreram em outras estruturas.

Em pesquisa exploratória em 2009, percorremos todo o sítio histórico e, em meio a aproximadamente 500 edificações, catalogamos as estruturas que se encontravam em estado de ruína. Para tanto, verificamos se as mesmas apresentavam-se em decrepitude, caídas, com partes ao chão, ou mesmo apenas “vestígios” de fundações, de paredes ou de quaisquer partes.

Figura 2:

Recorte de mapa aerofotogramétrico do núcleo urbano de Laranjeiras/SE, demonstrando apenas o perímetro do seu centro histórico.



Nas marcações verifica-se a disposição espacial das 23 edificações em estado de ruína observadas no período de fevereiro a julho de 2009.

Fonte: (IPHAN, 2009).

Observamos, como componente da paisagem urbana de Laranjeiras, 23 ruínas, com datações prováveis do início do século XIX a meados do XX. Prospectamos, ainda, em depoimentos de populares, seus usos originais e 16 estiveram associadas a residências e 7 a equipamentos de cultura ou de serviço de outras épocas.

Há um considerável número de ruínas no núcleo histórico urbano da cidade com investidas das políticas patrimoniais (restauro), algumas concluídas e outras em execução, até 2009. Os maiores investimentos no patrimônio histórico de Laranjeiras, por tais políticas, foram conhecidos no século

XXI, especialmente a partir de 2004, quando a prefeitura assinou convênio, em parceria com o Governo Federal, Estadual e a Universidade Federal de Sergipe, afirmando que em conjunto gerenciariam o “Programa Monumenta⁴” em Laranjeiras.

De acordo com as premissas do Programa, as intervenções urbanas realizadas não preveem apreender previamente a relação de memória constituída pelos moradores da cidade com as arquiteturas objeto de suas ações, nem avaliar os desejos e aspirações do grupo para com tais edificações. Em Laranjeiras esse quadro não se distinguiu, e as estruturas alvos de restauro não tiveram estudos que observassem suas dinâmicas sociais. Cabe salientar que todas as edificações, objeto de intervenção do Monumenta em Laranjeiras, até 2009, encontravam-se em ruína ou em avançado estado de arruinamento. O projeto, iniciado em 2005, dedicou-se à restauração total e/ou parcial de 10 edificações no centro histórico.

Figura 3:

Visão panorâmica do conjunto arquitetônico do “Quarteirão dos Trapiches”



Acima, a composição em ruínas antes das intervenções do “Programa Monumenta” e abaixo a estrutura completamente restaurada.

Foto Acima: Rodrigo Baeta. **Fonte:** Rodrigo Baeta; Klaus Brendle.

Foto Abaixo: Autor. **Fonte:** Acervo pessoal.

Na equação tempo-espço, o ser humano não resiste por longos anos. Já as edificações tendem a permanecer por mais tempo, tendo, além de sua utilidade tradicional, a de rememoração, e em Laranjeiras algumas estruturas em ruínas são a prova de que, nesta equação, sua resistência é longínqua, persistindo em nos permitir contemplar o passado ante o presente.

3.2 Ruínas e Memórias: o passado-presente em Laranjeiras

Para apreender o sentido que as ruínas têm no cotidiano dos laranjeirenses, andamos pela cidade misturando-nos; consumindo seus espaços, observando e experienciando suas interações sociais, numa postura típica do *flâneur*, como assinalam Eckert e Rocha (2003):

[...] a cidade do andarilho [*Flâneur*] tem uma história, [...] que configuram referências práticas e simbólicas em que se reconhece ou se constringe nas ruas que perambula, lugares que conhece ou desconhece, espaços que gosta ou desgosta, contextos que lhe atraem ou passam despercebidos. [...] Espaços, cheiros, barulhos, pessoas, objetos e naturezas que o caminhante experiencia em sua itinerância (p. 01).

Assim, deixamos que sua arquitetura, suas ruas, suas ruínas e seus habitantes se expressassem, dando-nos a apreensão dos sentidos da cidade na “vida cotidiana” (Pais, 2003) dos habitantes do centro histórico. O cenário mescla traços coloniais a traços de modernidade, observados, especialmente, pelo movimento dos automóveis nas ruas de pedra, envoltos à arquitetura colonial, que impõe sua força sobre a modernidade que a espreita.

Por certo este é o maior dos sentidos que Laranjeiras atribui aos seus habitantes: o de cidade com arquitetura colonial; sua paisagem parece não ter avançado no tempo, o espaço urbano ainda retém práticas semelhantes às do século XIX. A cidade a todo instante parece insinuar um retorno ao passado, contribuindo com a manutenção da memória coletiva.

Algumas edificações, como o “Paço Municipal” e a “Praça Samuel Oliveira”, pouco se alteraram, mesmo sendo estruturas arquitetônicas do século XIX, com destaque no cenário econômico e social da época. De certo modo, mantiveram similaridade com usos originais, orientando as “classificações simbólicas das ações sociais” (Foucault, 1975) dos moradores, ou como diria Fortuna (1997), organizando os movimentos humanos e contribuindo com a manutenção das relações sociais.

De outra forma, ruínas de sobrados que abrigam comércios estão presentes na rotina cotidiana dos habitantes da cidade que frequentam o calçadão e em especial daqueles que desenvolvem nelas suas atividades. Por todo o centro histórico encontramos, compondo o cenário da cidade, edificações em ruínas. A rotina de Laranjeiras é bastante calma, com pessoas transitando tranquilamente, valendo-se das sombras dos prédios e também das ruínas. Outra composição, que facilmente é vista, são senhoras sentadas em cadeiras nas calçadas, a conversar e observar a movimentação, algumas dessas a proteger-se do sol, escorando-se em sobrados em ruína, totalmente integradas e despreocupadas com o estado das estruturas.

Do que vimos sobre as ruínas do centro histórico de Laranjeiras, acreditamos que há um valor simbólico que, de certo modo, atua em favor das práticas sociais (Fortuna, 1995). Assim é possível mencionar que o espaço citado e suas ruínas têm forte relação de direção na vida cotidiana daquele grupo. Halbwachs (2006) afirma que a memória coletiva só pode advir num contexto espacial relativamente durável e de relativo sentido ao grupo. Logo entendemos que o grupo constituinte do centro histórico da cidade retém uma memória compartilhada que se referencia a tal espaço para evocar lembranças dos indivíduos.

Para a apreensão da medida em que as ruínas inscritas no sítio histórico de Laranjeiras relacionam-se com a “memória coletiva” do grupo social ali inscrito, valemo-nos de uma premissa do pensamento de Halbwachs (2006), sobre “quadros sociais da memória”, em que o autor sustenta que as memórias individuais são, em certa medida, construídas no grupo ao qual o indivíduo está ligado, portanto, “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (Halbwachs, 2006,

p. 69). Ao extrair a memória dos indivíduos extraem-se as lembranças da memória coletiva, até porque, em última análise, “são os indivíduos que se lembram enquanto integrantes do grupo e não o grupo em si” (id., ibid. p. 69).

Pudemos balizar o modo como o grupo compartilha, pela memória, as ruínas inscritas naquele espaço. A tomada de narrativas de memória de moradores idosos do centro de Laranjeiras gradualmente teceu o arranjo da memória coletiva.

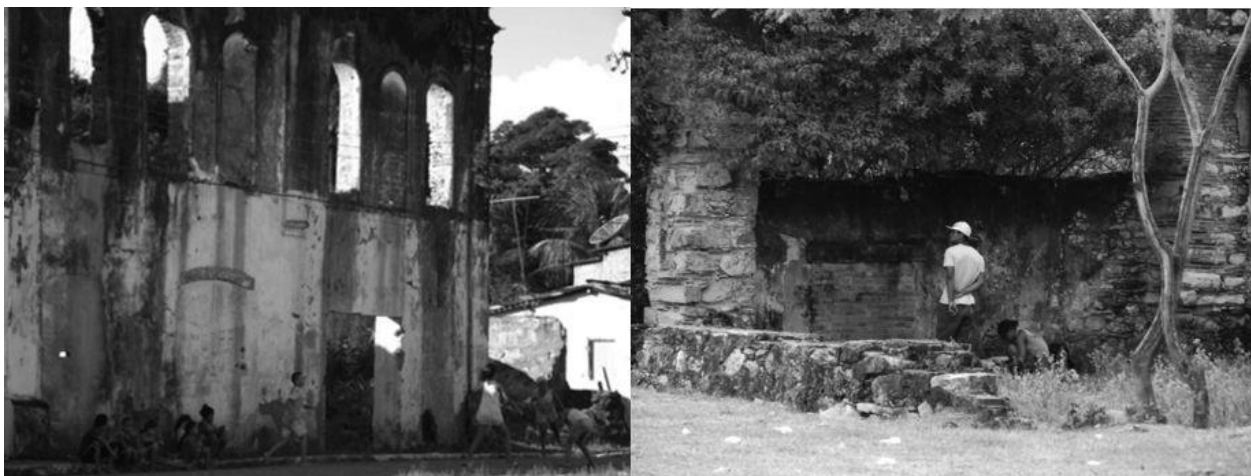
A utilização da narrativa de memória oral, como método de apreensão da memória partilhada entre os laranjeirenses, pautou-se no entendimento de Benjamin (2000) e de Halbwachs (2006), os quais, com pensamentos semelhantes, entendem que o narrador recorre ao acervo de experiências de vida (tanto as suas como as experiências transmitidas por outros). A opção pelas narrativas de idosos regulou-se por Ecléa Bosi (1995), a qual assume que pessoas de mais idade servem à memória de seus grupos e sua função social é lembrar; assim, suas lembranças acabam por expressar, com maior eficácia, a memória de certa coletividade.

A conversa que tivemos com “Dona Graça”⁵ (70 anos) foi uma, entre algumas, das que mais contribuíram com narrativas de memórias, pois, na medida em que se lembrava de um acontecimento ou de um aspecto da vida da cidade, outra recordação logo surgia, ou até mesmo associada a elementos espaciais (como uma ruína).

“Dona Graça” fez considerações a respeito de algumas festas que não mais acontecem na cidade, e teceu-lhes elogios, afirmando que eram bonitas, alegres, sem violência e que vinham pessoas de todo o Estado. As festas nas ruas de Laranjeiras, de certo modo, trouxeram à narradora lembranças dos espaços do centro urbano, e então fez comentários a respeito de aspectos bem cotidianos da cidade à época, gerais e culturais. Tudo isso apoiado em evocações de lembranças por ruas e por elementos arquitetônicos da cidade:

(...) Laranjeiras sempre foi uma cidade de cultura, a gente sempre escutou isso, escutava muito (...) Ali era um teatro (apontando para frente de sua residência), dizem que foi construída pro Rei, quando ele teve aqui. Você sabia que ele teve aqui? É! ele teve aqui e ficou lá na Sant’antina, lá na frente na entrada da cidade, tem ainda umas pedra lá do casarão que ele ficou, já viu? (...) Aqui tinha até cinema, ali no calçadão, mas tudo foi se acabando, meu filho (...) (D. Graça, 2010).

Nesse depoimento destacam-se dois importantes aspectos: Primeiro, ela refere-se ao Teatro São Pedro, que se encontra em estado de ruína, localizado próximo à sua casa, e que de certo modo auxiliou na evocação de lembranças. Depois, num misto de dúvida e segurança, afirma lembrar, auxiliada, em certo modo, pela ruína do Teatro São Pedro, que o “Rei” esteve em Laranjeiras, referindo-se a uma suposta visita que o Imperador D. Pedro II teria feito à cidade em 1860, porém nesta data a narradora não era nascida.

Figura 4

À esquerda, crianças brincando em frente a Ruína do antigo Teatro São Pedro, valendo-se de sua sombra. À direita, Mulher lavando roupas com água do Rio Cotinguiba, valendo-se das sombras da Ruína de um antigo Trapiche na entrada da cidade de Laranjeiras.

Foto: Autor.

Fonte: Acervo pessoal.

Este depoimento liga-se ao pensamento de Halbwachs (2006) pela ideia de que as memórias individuais não são resultado apenas de experiências próprias, mas construídas pela memória compartilhada do grupo. A Sant'aninha, a que se refere, é uma fazenda (dentro do sítio histórico), que abriga ruínas de um antigo casarão onde supostamente teria se hospedado o Imperador D. Pedro II. O cinema a que se refere possivelmente é o Cine Teatro-Iris, também em ruínas, “construído no final do século XIX” (Silva; Nogueira, 2007, p. 83).

Outras ruínas auxiliaram a evocação da memória de Dona Graça, entre as quais destacamos a ruína do “Hospital Velho”, que se liga diretamente a um importante acontecimento da cidade, no início do século XX, o qual a narradora afirma que é de conhecimento geral, possivelmente por estar retido na memória da coletividade.

(...) eu ouvia dizer direto que Lampião foi operado lá (referindo-se às ruínas do Hospital), ele num tinha um olho cego? Pois! Foi aí que ele operou daquele olho, aí mesmo no Hospital Velho com Dr. Bragança. (...) era o melhor hospital da época por aqui, mas também né! todo mundo queria morar em Laranjeiras (D. Graça, 2010).

No depoimento de “Dona Clara” (88 anos)⁶ ocorreram lembranças de sua infância, evocadas por algumas ruínas. A narradora destacou a Laranjeiras de outros tempos:

(...) quando era pequena, era atendida aí no Hospital Velho (apontando para as ruínas). Mamãe me levava! era um hospital bom, viu! (...) Nunca fui atendida por Dr. Bragança, eu me lembro que ele foi médico de mamãe [...] o que o povo

fala de Lampião é verdade, o povo na cidade contava e mamãe dizia também (...) ele operou o olho aí, ele se machucou pras banda de lá, e como sabia que Laranjeiras tinha médico bom e o olho tava inchando, ele bateu aqui. E vou dizer uma coisa, viu! Foi bem tratado, aquele hospital era o melhor daqui de Sergipe (Dona Clara, 2010).

Percebe-se nas narrativas a presença de ruínas dispostas à evocação de lembranças que remontam o período faustoso de Laranjeiras. Notam-se as ruínas do Teatro São Pedro e do Hospital São João de Deus (Hospital Velho), dando maior “força de atenção” à memória individual, inclinándose para o que diz Meneguello (2000), no que tange à força que a ruína tem para lembrar o passado, a o pensamento de Halbwachs (2006), que diz que o pensamento “[...] precisa se fixar, para que essa ou aquela categoria de lembrança reapareça, [...] no espaço que ocupamos, por onde passamos muitas vezes [...]” (p. 170).

4. Considerações Finais

A cidade de Laranjeiras, bastante consagrada no século XIX, disputada por políticos, intelectuais e homens de posse, especialmente por ser o maior centro de Sergipe e contar com um modo de vida urbano com vários equipamentos urbanos de serviços e de cultura, de certo modo teve seu ingresso à categoria de cidade histórica promovida por tais fatores, sobretudo pelo seu “Conjunto Arquitetônico e Urbanístico” – representação “oficial” de uma época.

O grande desenvolvimento socioeconômico pelo qual passou Laranjeiras, não a impediu de, no início do século XX, ter um forte e definitivo declínio de sua economia. Aparentemente, isto poderia ter um impacto negativo na memória do grupo, porém, Jean Duvignaud (2006), apoiado nos postulados de Halbwachs (2006), afirma que a quebra abrupta, no ritmo cotidiano e na continuidade de um momento, acaba acarretando sobre este uma maior atenção, o qual se propaga por gerações, através da memória compartilhada no grupo.

De tal modo, o colapso vivido em Laranjeiras permitiu uma maior “força de atenção”, ligando a memória do grupo àquele momento, sobretudo pelo patrimônio material. Seu Conjunto Arquitetônico e Urbanístico, de certo modo, resistiu incólume à decadência econômica e social. Assim, suas edificações e ruínas oferecem um admirável suporte aos moradores para compartilhar suas identidades e memórias, além da reprodução dum período.

Halbwachs (2006) afirma que a capacidade de o indivíduo evocar lembranças está estreitamente ligada ao contexto espacial do grupo ao qual o indivíduo se liga: “Não é o indivíduo isolado, é o indivíduo enquanto membro do grupo, é o grupo em si que, dessa maneira, permanece sujeito a influencia da natureza material [...]” (Halbwachs, 2006, p. 163). De tal modo, as ruínas imprimem um modo particular de relação com o grupo a que se ligam, pois, segundo Meneguello (2000), são elas o único elemento físico do patrimônio de uma cidade que habitam “simultaneamente dois tempos, o ocorrido e o presente.” Assim, “a ruína tem sido o traço de arquitetura com maior poder de evocação do passado [...]” (id., *ibid.*, p. 93).

As observações realizadas permitiram-nos apreender que a arquitetura de Laranjeiras, em estado de ruína, tem vultosa presença no cotidiano dos habitantes, atribuindo sentido às suas ações e servem, tal como estão, como elemento de fixação de pensamentos à evocação de lembranças do “quadro social de memória” (Halbwachs, 2006). Assim, entendemos que as edificações em ruínas do Centro Histórico de Laranjeiras, que não sofreram qualquer intervenção, mantêm-se diretamente associadas à cidade do século XIX na memória coletiva do grupo e retêm parte do arranjo de identidade e da história

imaginada sobre Laranjeiras.

A conclusão a que chegamos vai ao encontro de uma compreensão que assevera que através das ruínas do centro histórico de Laranjeiras, tal como são, os indivíduos que habitam e experienciam aquele espaço, em menor ou maior grau, recebem os estímulos para apreensão do passado da cidade. Pois, entremeados à “memória coletiva” daquele grupo, fixam seus pensamentos individuais com maior força nestes elementos para lembrar-se da cidade áurea, ainda que não tenham vivido aquele tempo. Portanto, a “memória coletiva” do grupo do centro histórico de Laranjeiras frequentemente se utiliza das ruínas inscritas neste espaço a fim de maior “força de atenção” ao seu compartilhamento.

Assim, como contribuição à discussão das políticas patrimoniais no Brasil, especialmente as que empregam o restauro em centros históricos, arrazoamos ser pertinente, apreender as possíveis relações que se apresentem em edificações em ruínas para com o grupo social que as circunscrevem, para só então revisitá-las, uma vez que frequentemente são geradas distorções para dar sentido a uma história espetacularizada sobre o bem restaurado.

Neste sentido sinalizamos, como proposta, uma observação analítica das ruínas pela memória coletiva do grupo que as circunscreve, pois são elementos que se intercalam e estabelecem interseções em dado momento e, como categorias de análise social da cidade podem auxiliar-nos a compreender o imaginário construído (história imaginada) em torno de determinado espaço. Dito isto, parafraseamos Henri Lefebvre (2002), com o seu “Direito à Cidade”, diremos então que a cidade e seus habitantes têm “Direito à Ruína”.

Referências Bibliográficas

- ARANTES, Antônio A. 1997. Patrimônio Cultural e Nação, in ARAÚJO, Ângela M. Carneiro (org.), *Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira*, São Paulo, Scritta, pp. 275-290.
- AZEVEDO, Paulo de. (Coord.) 1975. *Plano Urbanístico de Laranjeiras*, Salvador, UFBA.
- BENJAMIN, Walter. 2000. *Obras Escolhidas III, Magia e Técnica, Arte e Política*, São Paulo, Brasiliense.
- _____. 1984. *Origem do drama barroco alemão*. Tradução Sérgio P. Rouanet. São Paulo, Brasiliense.
- _____. 1989. Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo. Em: *Obras Escolhidas III*. São Paulo: Brasiliense.
- BOSI, Ecléa. 1995. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, São Paulo, Cia das Letras.
- DUVIGNAUD, Jean. 2006. “Prefácio”, in HALBWACHS, M. *A memória coletiva*, São Paulo, Centauro.
- ECKERT, C.; ROCHA, A. C. 2003. Etnografia de rua: estudo de antropologia urbana, in *Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp*, Campinas, v.9, pp.101-27.

- FERREIRA, Jurandyr Pires. 1959. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Vol. XIX – Alagoas e Sergipe*, Rio de Janeiro, IBGE.
- FORTUNA, Carlos. 1995. *Por entre as Ruínas da cidade: O patrimônio e a memória na construção das identidades sociais*, Coimbra, Oficina do Centro de Estudos Sociais.
- FORTUNA, Carlos. 1997. As cidades e as identidades: narrativas, patrimônios e memórias, in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 33, pp. 127-141.
- FORTUNA, Carlos. 2002. Destradicionalização e Imagem da Cidade: o caso de Évora, in FORTUNA, C. (org.). *Cidade, Cultura e Globalização: ensaios de sociologia*, Oeiras, Celta Editora, pp. 231-257.
- FOUCAULT, Michel. 1975. *Vigiar e Punir*, Petrópolis, Vozes.
- HALBWACHS, Maurice. 2006. *A Memória Coletiva*, São Paulo, Centauro.
- IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 2009. *Área tombada do município de laranjeiras*, 1 planta: color; 1/1000 (sobrevoo de 2003).
- LEFEBVRE, Henri. 2002. *A Revolução Urbana*, Belo Horizonte, UFMG.
- LEITE, Rogério P. 2005. Patrimônio e consumo cultural em cidades enobrecidas. *Sociedade e Cultura*, v. 8, n. 2, pp. 79-89.
- LEITE, Rogério P. 2007. *Contra-usos da Cidade*, Campinas/São Cristóvão, UNICAMP/EdUFS.
- MARCUSE, Herbert. 1981. *Eros e Civilização*, Rio de Janeiro, Zahar.
- MENEGUELLO, Cristina. 2000. *Da ruína ao edifício: neogótico, reinterpretação e preservação do passado na Inglaterra vitoriana*, Campinas, tese, UNICAMP.
- MENEGUELLO, Cristina. 2005. O coração da cidade: observações sobre a preservação dos centros históricos, in *Revista Eletrônica do IPHAN*, nov-dez.
- MinC, Ministério da Cultura Brasileiro. 2006. *Programa de Preservação do Patrimônio Histórico urbano. Programa Monumenta. Regulamento Operativo*, Brasília.
- PAIS, José Machado. 2003. *Vida Cotidiana: enigmas e revelações*, São Paulo, Cortez.
- PORTO, Fernando. 1945. *A Cidade de Aracaju – 1855-1865*, Aracaju, Livraria Regina.
- SANTOS, Myriam S. dos. 2003. *Memória coletiva & teoria social*, São Paulo, Annablume.
- SILVA, Eder Donizeti da; NOGUEIRA, Adriana. D. 2007. Lançando um olhar sobre o Patrimônio arquitetônico de Laranjeiras, in NUNES, Verônica Maria Meneses; NOGUEIRA, Adriana Dantas. (org.), *O Despertar do conhecimento na Colina Azulada: a Universidade Federal de Sergipe em Laranjeiras*, São Cristóvão, EdUFS, pp. 35-47.

SIMMEL, Georg. 1998. O indivíduo e a liberdade, in ÖELZE, Jessé Souza. (org.), *Simmel e a modernidade*, Brasília, UnB, pp. 109-117.

NOTAS

1 Este artigo tem por preocupação as ações que recaem sobre ruínas de centros e cidades históricas, por um tipo específico de *gentrification*, que Leite (2007) chama de *city marketing*, “cujas práticas compreendem um conjunto de intervenções voltadas à transformação de degradados sítios históricos em áreas de entretenimento urbano e consumo cultural” (p. 79).

2 O termo “sociologia das cidades” e não “sociologia urbana” nos faz ingressar nas discussões à luz da análise das cidades pelo que “reclamou” Carlos Fortuna (2002) por um ajuste de foco, de modo a “[...] inverter os sentidos da leitura sociológica da cidade e passar a lê-la também de “baixo para cima” e “das margens para o centro” (p. 129).

3 O centro, definido como “coração da cidade”, foi tema do CIAM. Nesse encontro, o centro urbano passou a ser abordado como o elemento caracterizador de uma comunidade, voltado aos seus habitantes, o repositório da memória da coletividade e o local que possibilitava entender o aspecto comunitário da vida humana (MENEGUELLO, 2005).

4 O Monumenta “é um programa de recuperação sustentável do patrimônio histórico urbano brasileiro tombado pelo IPHAN e sob tutela federal” (MinC, 2006, p. 07).

5 Narrativa obtida em 17 de setembro de 2010.

6 Narrativa obtida em 30 de outubro de 2010.